

José Alves Dias
Livia Diana Rocha Magalhães
Organizadores

CULTURA, EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E SABERES
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



NAVEGANDO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
José Alves Dias Livia Diana Rocha Magalhães DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.1-4	
CAPÍTULO 1	5
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DOS BORARI E ARAPIUM DA T.I. MARÓ, NO BAIXO AMAZONAS Gilberto César Lopes Rodrigues - José Claudinei Lombardi DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.5-24	
CAPÍTULO 2	25
ESCOLARIZAÇÃO E POVOS INDIGENAS NO MARANHÃO Elizabeth Maria Beserra Coelho DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.25-36	
CAPÍTULO 3	37
O ÍNDIO SOB O OLHAR DO OUTRO: A DIFERENÇA CONSENTIDA EM NOVE NOITES, DE BERNARDO CARVALHO Márcia Manir Miguel Feitosa - Silvana Maria Pantoja dos Santos DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.37-50	
CAPÍTULO 4	51
A PRESENÇA DO CRISTIANISMO PROTESTANTE ENTRE OS GUAJAJARÁ DA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAUÍ/MA Isabela Cristina Torres e Silva - José Alves Dias DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.51-68	
CAPÍTULO 5	69
AMBIENTE E CULTURA NO MARANHÃO COLONIAL: A CONTRIBUIÇÃO DOS SABERES DOS INDÍGENAS Antonio Cordeiro Feitosa DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.69-82	
CAPÍTULO 6	83
NO RASTRO DOS VOGADOS: A LONGA CAMINHADA RUMO A TERRA SEM MALES Paulo Humberto Porto Borges DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.83-98	
CAPÍTULO 7	99
MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DE D. PEDRO II E SUA CORTE IMPERIAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA/MA Ilanna Maria Izaias do Nascimento - Maria Aparecida Silva de Sousa DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.99-108	
CAPÍTULO 8	109
EDUCAÇÃO E LINGUAGEM RELIGIOSA: QUADROS SOCIAIS DE UMA ESCOLA NACIONALISTA Tatiane Malheiros Alves - Livia Diana Rocha Magalhães DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.109-119	

CAPÍTULO 7

MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DE D. PEDRO II E SUA CORTE IMPERIAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA/MA

Ilanna Maria Izaías do Nascimento
Instituto Federal do Maranhão
ilannanascimento@ifma.edu.br

Maria Aparecida Silva de Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
maria.sousa@uesb.edu.br

Introdução

A festa do Divino Espírito Santo realizada no Brasil desde os tempos coloniais é uma manifestação do catolicismo popular que reúne um conjunto de celebrações e formas de expressão, religiosas e profanas, de saberes e fazeres, constituindo fortes sentidos de identidade local. De origem portuguesa, desde o século XIX passou a preservar símbolos e representações do período Imperial em meio à tradição religiosa de culto à Terceira pessoa da Santíssima Trindade.

Como toda manifestação cultural, a festa do Divino guarda suas especificidades em cada região. No Maranhão, e mais especificamente, em Alcântara, o ritual chama a atenção sobretudo pela presença marcante das mulheres tocando tambores (as caixeiras) e pelo rigor e suntuosidade das personagens que remetem à corte imperial. O presente artigo propõe discutir alguns desses elementos que se relacionam à representação da nobreza portuguesa, com ênfase na figura do Imperador D. Pedro II, bem como sua importância para a reprodução de simbologias imperiais em um Brasil republicano. Chama-se a atenção para o significado da memória enquanto campo de análise para compreensão dos mecanismos que permitiram a sobrevivência da festividade, embora tenha registrado algumas alterações ao longo do tempo.

As origens da festa: de Portugal para Alcântara

A festa do Divino Espírito Santo é considerada uma tradição religiosa cristã que teve origem em Portugal, precisamente na Vila de Alenquer¹ em princípios do século XIV, tornando-se muito popular na Europa e posteriormente se espalhou pela África, Índia e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores por meio das naus portuguesas, assim como para outros territórios submetidos à colonização portuguesa (SILVA, 2013).

A celebração que acontece a partir de atividades/rituais em agradecimentos à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, integra o

¹ Alenquer é uma vila portuguesa que pertence ao distrito de Lisboa em Portugal.

calendário cristão e ocorre sempre cinquenta dias após a Páscoa, no domingo de Pentecostes, promovendo assim uma “(re)significação, na ótica do catolicismo popular, de uma festa cristã – Pentecostes, com a manifestação do Espírito Santo aos Apóstolos - assentada em rituais barrocos de uma “Corte Imperial Simbólica” (CARVALHO, 2008, p. 04).

A origem do culto do Divino baseia-se nas tradições religiosas portuguesas do século XIII, no período do reinado do rei Dom Diniz (1261-1325) e da rainha Isabel de Aragão (1271-1336), conhecida popularmente como a “Rainha Santa”, que teria feito uma promessa ao Espírito Santo e construído um templo em Alenquer em homenagem ao Divino.

Existem também outras versões afirmando que a rainha utilizava a sua própria Coroa simbolizando a coroação de pessoas simples, instituindo assim a criação de “impérios simbólicos” contendo locais apropriados que abrigavam imperadores, os quais eram responsáveis em comandar a festa de celebração ao Espírito Santo, reverenciando e agradecendo as graças concedidas por este. (ABREU, 2000). Antônio Barbosa, mestre-sala há 25 anos na festa do Divino, não tem dúvidas sobre a origem da manifestação religiosa: “essa festa se deve à Rainha Isabel Aragão, rainha de Portugal, que fez uma promessa e como forma de pagamento iniciou esse culto ao Divino”.²

Difundida pelo território no período colonial no Brasil, conforme observa Silva (2013), a Festa do Divino adquiriu inúmeras versões regionais, tornando-se umas das práticas devocionais mais antigas e propagadas pelo catolicismo popular.

No Estado do Maranhão, segundo Leal (2017), baseado no cadastro feito pelo Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, estima-se a existência de mais de 200 festas no Estado, cerca de 80 delas concentradas somente na área da capital São Luís e o restante, por volta de 130, espalhadas pelos diversos municípios do Estado. Estas celebrações possuem características e especificidades próprias resultando em práticas diversificadas de culto ao Divino.

Em Alcântara, a Festa do Divino Espírito Santo, que se diferencia das festas realizadas na capital maranhense incluídas “no calendário religioso de terreiros de tambor de mina³, como são denominadas as casas de culto afro-maranhenses” (FERRETI, 2005, p. 04) e em outros municípios do Estado, tem um caráter peculiar com celebrações realizadas na Igreja Católica.

Segundo alguns registros, a festividade estava presente desde o século XVII nos tempos coloniais, mas foi com o Império brasileiro que adquiriu força e penetração entre segmentos da população mais empobrecidos sobrevivendo, inclusive, à derrocada do Império com a proclamação da República em 1889.

No Maranhão, o culto ao Divino Espírito Santo provavelmente teve início com os colonos açorianos e seus descendentes, que desde o

²Entrevista com mestre-sala da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaías do Nascimento em 16 de fevereiro de 2017.

³O Tambor de Mina é a denominação da religião afro-brasileira surgida no século XIX, difundida pelos negros que foram escravizados no Estado do Maranhão. (FERRETTI, 2008).

início do século XVII começaram a habitar a região. Em meados do século XIX, a tradição da festa do Divino estava firmemente enraizada entre a população da cidade de Alcântara, de onde teria se espalhado para o resto do Maranhão, tornando-se muito popular entre as diversas camadas da sociedade, especialmente as mais pobres (PACHECO; GOUVEIA; ABREU, 2005, p. 2).

É possível dimensionar o significado da festa em Alcântara neste período por meio de periódicos maranhenses de grande circulação. O *Publicador Maranhense*, de 22 de maio de 1884, trazia uma matéria sobre a “grande e esplendida festa do divino espírito santo” (anno XVIII, número 61), “grande e pomposa festa do Divino Espírito Santo” dizia o *Pacotilha: Jornal da Tarde*, de 23 de maio de 1890 e o jornal *A Campanha* registrava como “a mais tradicional de todas pelas pompas do seu culto” em 08 de outubro de 1902. Como se nota, a suntuosidade e o requinte do festejo era o que mais chamava a atenção dos editores.

A corte imperial na Festa: Representação e Memória

Para o imaginário popular, a festa em Alcântara ganhou popularidade após uma promessa de visita à cidade pelo Imperador d. Pedro II que, todavia, não aconteceu. Segundo Lima: “Uma tradição local atribui o início da festa ao período em que foram frustradas as expectativas da visita de D. Pedro II à cidade. Conta-se que os negros, insatisfeitos, teriam organizado e levado à igreja um cortejo e coroado um imperador, criando a festa” (1988, p. 21).

De fato, o monarca em discurso oficial⁶ de 24 de setembro de 1859, teria assegurado seu desejo em conhecer todas as províncias existentes no norte do Brasil. Isto se daria por meio de visitas intencionais com o propósito de garantir o fortalecimento do seu reinado, sobretudo em um período de muitas contestações ao poder real e a centralização do Rio de Janeiro, então sede da corte. Após a promessa, por razões não muito claras, o Imperador não pôde comparecer em todas as províncias frustrando os moradores de algumas localidades e, dentre eles, os da província do Maranhão que aguardavam ansiosos por essa visita. As festas imperiais se revestiam de grande significado como mecanismo de atualização e reforço nos vínculos entre os súditos e o monarca. Lília Schwarcz observa que:

[...] as viagens da família imperial geravam tal comoção que, muitas vezes, as cidades se preparavam mesmo antes da formalização da visita. Esse é o caso de Alcântara, que se adornou para a recepção, mas fugiu ao itinerário, ou de vários outros relatos falando de visitas que, na verdade, não existiram. Nesse caso, até parece que a representação se deslocava à frente do próprio monarca (1998, p. 360-361).

Ao que consta, a possível visita do Imperador à cidade de Alcântara teria sido, também, a razão para a construção de um palácio feito especialmente para hospedar o monarca, o qual não foi terminado em virtude do falecimento do

seu proprietário. Atualmente só restam as ruínas do imponente casarão. Pedro Conde registra na matéria “Ruínas Augustas”, com base na memória dos moradores antigos e publicada no jornal *O Imparcial* de 26 de junho de 1929, que:

Antonio Raymundo Franco de Sá era seu construtor. Era ele um dos fidalgos mais ricos da família tradicional dos Franco de Sá [...] durante muitos anos serviu de companheiro predileto do filho de D. Pedro I. Concluídos os estudos voltou ele para o Maranhão. [...] Teve saudade do Rio e do seu amigo e foi até a Corte. D. Pedro II, já no trono imperial, recebeu com festas excepcionaes. O fidalgo como-vido com tantas homenagens, lembrou uma visita do imperador ao Norte, até Alcântara e insistiu em retribuir as festas recebidas. Comprehendendo as vantagens de uma visita ao Norte. D. Pedro aceitou a sugestão e o convite. Prometeu vir até Alcântara.

A ornamentação e os festejos para aguardar tão ilustre visitante permaneceram como forma de devoção e homenagem. A representação da figura do Imperador na festa seria a perpetuação dessa memória da frustração de não terem tido a presença do monarca, ao mesmo tempo em que ele se faz presente de maneira simbólica. No ano de 2017, o escolhido para exercer o cargo de Imperador do Divino afirmou que a figura imperial “é a representação do Imperador... representa D. Pedro II na chegada em Alcântara que nunca aconteceu.”⁴

A promessa do Imperador de visitar às terras alcantarenses não foi esquecida por seus moradores. Tempos depois, uma matéria publicada no Jornal *O Imparcial*, de 15 de junho de 1927, registrou que o Maranhão recebeu a visita do neto de D. Pedro II, o príncipe Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança, que juntamente com as princesas D. Elisabeth e D. Isabel, pretendiam “pagar a promessa” de D. Pedro II em visitar a cidade de Alcântara.

Na renomada visita, os príncipes foram aguardados por muitos e recepcionados pela banda de música local que tocou o hino do Brasil e do Maranhão. Em seguida, foram conhecer vários pontos da cidade e as ruínas do palácio que começou a ser construído para receber a presença de D. Pedro II. Dentre as pessoas que marcaram presença em recebê-los, encontrava-se uma senhora ex-escrava⁵ que tinha muita veneração pela princesa Isabel, conforme registrou o periódico.

Em caminho para o porto, uma mulata edosa atravessou ante D. Pedro, beijando-lhe as mãos. Era uma liberta, de nome Carolina, mais conhecida por mãe Calu, a qual todos os anos, manda resar missa em intenção da Princesa Isabel, a Redemptora a quem ella chama Sinhá

⁴Entrevista com imperador da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaia do Nascimento em 21 de maio de 2017.

⁵Carolina, conhecida como mãe Calu, nasceu em meados do século XIX e viveu mais de cem anos. Foi empregada na casa de uma família nobre tradicional alcantarenses de grande influência na cidade. Considerada pela tradição oral como a última escrava de Alcântara, foi detentora de saberes religiosos ancestrais, destacando o rito festivo do Divino Espírito Santo e outras festas religiosas da cidade. (CAIRES, 2011).

Assim como mãe Calu, muitos idolatravam a família real e se sentiam honrados com a presença de seus membros na cidade. O comparecimento da família real em Alcântara ocasionou certa nostalgia e ficou marcado no imaginário popular de seus habitantes reafirmando os vínculos entre parte de seus moradores e a realeza.

Em Alcântara a celebração do Divino é representada por uma corte imperial que tem na figura do imperador (escolhido em ano ímpar) ou imperatriz (ano par), crianças ou adolescentes escolhidos a cada ano, toda uma simbologia que remete ao rei ou a rainha portuguesa por meio das suas vestimentas, acessórios (coroa, cetro), comportamentos e todas as regalias dignas da realeza, sendo considerado o dono da festa. Além do Imperador/Imperatriz, existem outros partícipes dessa corte, os mordomos (régio e baixos) que são considerados também como festeiros.

No decorrer da festa, as pessoas encarregadas da representação do Império usam trajes característicos desse período e durante os dias da comemoração, desfrutam das regalias e privilégios das personagens que revivem (Fotos 1, 2).



Fonte: Nascimento (2017).

Fonte: Nascimento (2018).

A recriação de uma corte possibilita um novo significado à celebração do Divino em um Brasil republicano, ao mesmo tempo em que renova a admiração e o encantamento pelas personagens reais. Isso demonstra a força e a vitalidade da festa, inclusive religiosa, outrora utilizada pela monarquia como recurso para solidificar o seu poder entre a população ao mesmo tempo em que alimenta o anseio daqueles que, a cada ano, esperam desejosos ocupar o trono real imaginário. Assim, a festa seria “um espaço privilegiado para a construção de uma representação da monarquia, as festas transformavam-se em instrumentos estratégicos na afirmação quase diária da realeza” (SCHWARCZ, 1998, p. 389).

Dessa forma, seja por meio dos intérpretes, seja por suas práticas ao

culto do Divino Espírito Santo, os dias de realização da festa, a cada ano, exprimem uma realidade compreendida e compartilhada por todos os envolvidos que, por um lado, atualizam suas crenças no simbolismo do Império e, por outro, revelam as desigualdades no lugar ocupado por cada um nas atividades do ritual festivo. O recurso à memória coletiva é um mecanismo fundamental para a sobrevivência do ritual que ainda preserva elementos da origem da festa, assim como guarda informações importantes sobre os sujeitos da comunidade possibilitando, desse modo, a coesão do grupo e o sentimento de pertença entre seus membros. (HALBWACHS, 2006).

A investigação do surgimento de celebração do Divino, as influências sofridas e a incorporação desses elementos por uma determinada sociedade possibilitam a reflexão dos mecanismos propulsores destas, bem como a respeito da sua organização social, destacando as suas representações hierárquicas presentes no imaginário coletivo de seus participantes. Tal fato é marcante no ritual da celebração divinesca em Alcântara-Ma, tendo a integração de vários elementos, destacando a simbologia em torno da realeza e da figura do Imperador, bem como toda a reverência feita a ele e a submissão dos outros participantes em diferentes momentos da festa. No decorrer de todo o ritual, percebe-se o quanto é sugestivo a figura de um monarca (Imperador ou Imperatriz) e a demonstração de respeito por parte dos “súditos”, pois são considerados importantes e centrais no decorrer do ato festivo, visto que correspondem a autoridade máxima do poder vigente responsável em promover a festa que “se realiza como uma extensão do sistema, que as insígnias representam a sobrevivência e a vigência do modelo e que o rei se transforma em ícone maior, símbolo dileto do Estado” (SCHWARCZ, 2001, p. 07).

Considerações finais

A festa do Divino em Alcântara possui os seus ritos, símbolos e hierarquias. Considerada como uma manifestação religiosa, a comemoração expressa uma diversidade de expressões culturais e sociais que extrapolam seu caráter meramente religioso. Todavia, os registros memorialísticos buscam acentuar a tradição do culto ao Espírito Santo como o elemento central que mobiliza e motiva os participantes da festa desde tempos remotos. É a maneira pela qual seus habitantes exprimem as experiências vividas. É também o viés para repassar costumes às gerações futuras. “Na roda da festa, como na roda da vida, tudo volta inelutavelmente ao mesmo lugar, os jovens aprendendo com os velhos a perpetuar uma cultura legada pelos últimos” (DEL PRIORE, 2000, p. 10).

As tradições populares de caráter comemorativo são transmitidas pela história oral e pertencem a uma memória coletiva repassada entre gerações. Nelas estão presentes os aspectos culturais envolvendo referências do passado, da memória e da história dos seus envolvidos. Dentre essas tradições destacam-se as festas dedicadas à celebração do sobrenatural, sendo uma constante histórica e marcante nos costumes populares, herdados do catolicismo popular e romano. Tratada como uma “expressão teatral de uma organização social”, a

festa envolve vários aspectos, dentre eles salientam-se “fatos político, religioso e simbólico” (DEL PRIORE, 2000, p. 10).

Algumas evidências permitem a percepção de que as festas podem ser usadas para substanciar ou negar a ordem social. Nesse sentido, é marcante a necessidade da coroação do imperador no âmbito celebrativo da festa do Divino Espírito Santo, pois é uma forma de confirmação de um tempo e território provisórios responsáveis por transmitirem práticas ritualísticas capazes de reviver um passado em um tempo presente de forma contínua.

No decorrer das pesquisas, observações e entrevistas, tornou-se evidente que a memória dos participantes da festa se mescla com a lembranças de outras narrativas conhecidas por eles, às suas vivências e referências e relação a essa comemoração. Estes tratam como uma tradição que se refere aos bens culturais, valores, costumes que foram herdados e se agregaram à identidade cultural e social, sendo transmitidas de geração em geração, sendo reinventada como uma feição de identidade coletiva que a reelabora. A força da tradição baseia-se na devoção ao Divino Espírito Santo, tornando-se como fator essencial para a continuação de celebração a esse sagrado.

Para James Fentress e Chris Wickham (1992, p. 57), “a memória exprime a ligação do nosso espírito ao nosso corpo e do nosso corpo com o mundo social e natural que nos rodeia”. Logo, pode-se afirmar que a memória individual, apesar da relação particular entre corpo e espírito, se converte em memória social, a qual é a reunião de tudo que foi recebido nos diferentes grupos sociais que o indivíduo fez parte (família, escola, religião, grupos de pertencimentos, etc.), ou seja, as recordações individuais estão condicionadas à presença nos respectivos grupos. Assim, a festa reatualiza a memória de vários grupos, que a despeito da sua interação, reproduzem a hierarquia da sociedade local plena de significados fundamentais no processo de preservação das identidades dos seus participantes.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

A Campanha, São Luís, ano 1, n. 163, 08 out. 1902.

O Imparcial, São Luís, ano 2, n. 271, 15 jun. 1927.

O Imparcial, São Luís, ano 4, n. 1084, 26 jul. 1929.

Publicador Maranhense, São Luís, ano 43, n. 61, 22 maio 1884.

Pacotilha: Jornal da Tarde, São Luís, ano 10, n. 137, 23 maio 1890.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. **O Império do Divino** – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CAIRES, D. R. **A presença feminina no Museu Casa Histórica de Alcântara**. Texto publicado em 16 de março de 2011 no blog do Museu Casa Histórica de Alcântara. Alcântara: Museu Casa Histórica de Alcântara, 2011. Disponível em: <<http://museucasaalcantara.blogspot.com.br/2011/03/presenca-feminina-no-museu-casa.html>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CARVALHO, M. M. P. de. Divino Espírito (Re)ligando Portugal/Brasil no Imaginário Religioso Popular. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/188.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

DEL PRIORE, M. L. **Festa e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DOMINICI, R. S.; MARTINS, V. M.; FERRETTI, S. F. Dom Sebastião: do mito português a adoração maranhense. In: ANAIS DOS SIMPÓSIOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 13., 2012, São Luís. Anais... São Luís: ABHR. Disponível em <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/579>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória Social: novas perspectiva sobre o passado**. Lisboa: Ed. Teorema, 1992.

FERRETTI, S. **Festa do Divino no Maranhão**. Texto publicado no Catálogo da Exposição Divino Toque do Maranhão. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; IPHAN; MEC, 2005. p. 9-29.

_____. **Sincretismo e Religião na Festa do Divino**. Comunicação originalmente apresentada em mesa redonda no Encontro Internacional sobre o Divino, organizado pelo SEESC em São Luís de 16 a 20/05/2007. Disponível em: <<http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Sincretismo%20a%20Festa%20do%20Divino.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEAL, J. **O culto do divino: migrações e transformações**. Lisboa: Edições 70, 2017.

LIMA, C. de. **Vida, paixão e morte da cidade de Alcântara**. São Luís: Plano Editorial SECMA, 1998.

PACHECO, G; GOUVEIA, C.; ABREU, M. C. **Caixeiras do Espírito Santo de São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2005. Disponível em: <<http://www.museuafro.ufma.br/arquivos/d3e0d-c492a99fa5d505f030295d3b0cc.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

_____. **Império em Procissão**. São Paulo: Zahar, 2001.

SILVA, A. de O. **Caminhos do Divino: Festa e Cultura Popular em São Luiz do Paraitinga e Lagoinha**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

SOUZA, R. L. de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo Popular**. Natal: IFRN, 2013.

